

Técnico Universitário - Nível Superior: ADVOGADO
LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este **Caderno de Questões**, com o enunciado das 60 (sessenta) questões objetivas, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

CONHECIMENTOS BÁSICOS				CONHECIMENTOS GERAIS				CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
Língua Portuguesa		Legislação Básica		História Política e Econômica e Geografia de Mato Grosso		Ética, Filosofia e Atualidades			
Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 10	1,0 cada	11 a 15	1,0 cada	16 a 25	1,0 cada	26 a 30	1,0 cada	31 a 60	1,0 cada
Total: 15,0 pontos				Total: 15,0 pontos				Total: 30,0 pontos	
Total: 60,0 pontos									

b) **Cartão-Resposta** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e o seu número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão-Resposta**. Caso não esteja e os dados não confirmem, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **Cartão-Resposta**, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.

04 - O candidato deve ter muito cuidado com o **Cartão-Resposta**, para não o **dobrar, amassar ou manchar**. O **Cartão-Resposta SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado.

05 - Logo após a autorização para o início das provas, o candidato deve conferir se este **Caderno de Questões** está em ordem e com todas as páginas. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA** letra no **Cartão-Resposta**, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura óptica do **Cartão-Resposta** é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** deste Concurso Público o candidato que

a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;

b) portar ou usar, durante a realização das provas, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como: agendas eletrônicas e/ou similares, gravadores, *pen drive*, *mp3 player* e/ou similar, fones de ouvido, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, relógios de qualquer natureza, telefones celulares, microcomputadores portáteis e/ou similares;

c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões** e/ou o **Cartão-Resposta**;

d) se recusar a entregar o **Caderno de Questões** e/ou o **Cartão-Resposta**, quando terminar o tempo estabelecido;

e) não assinar a **Lista de Presença** e/ou o **Cartão-Resposta**.

Obs. O candidato só poderá ausentar-se do recinto das provas após **duas horas** contadas a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO poderá levar o Caderno de Questões**, a qualquer momento.

09 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão-Resposta**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões NÃO serão levados em conta**.

10 - O candidato deve, ao terminar as provas, entregar ao fiscal o **Caderno de Questões** e o **Cartão-Resposta** e **ASSINAR a Lista de Presença**.

11 - O tempo disponível para estas provas de questões objetivas é de 4 (quatro) horas, já incluído o tempo para a marcação, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **Cartão-Resposta** devidamente marcado e o **Caderno de Questões**.

12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados a partir do primeiro dia útil após sua realização, no endereço eletrônico da **Fundação Cesgranrio** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Sombra e água

- 1 Finalmente, a jabuticabeira começa um estirão, deixa aquele estágio arbustivo e fica maior do que a dona da casa. Passa do metro e setenta, uns galhos centrais mais eretos e dirigidos ao céu, enquanto outros, mais periféricos, pendem um pouco para todos os lados, formando uma possível copa, embora ainda baixa demais para caber uma pessoa adulta sob sua folhagem verde-escura.
- 2 A muda da jabuticabeira não foi adquirida por conta de sua fruta. Todos ao redor advertiam sobre a demora da florada e das jabuticabas, que precisam de água abundante, e aqui... neste terreno seco, pobre, nada haveria de frutificar. A muda foi comprada primeiro porque a dona da casa queria, no futuro, uma sombra. A sombra na varanda era uma espécie de sonho inalcançável, e disseram que, com uma jabuticabeira, neste solo infértil, seria como esperar pela aposentadoria. Demoraria a vida inteira e talvez nem chegasse a tempo de existirem, nesta casa, uma mulher e uma rede, na qual ela se sentaria ou se deitaria para ler um livro ou uma revista ou com um gato cego para acarinhar.
- 3 Mas não parece que é o que vai acontecer. Pelo visto, a sombra chegará bem antes da aposentadoria dessa mulher que trabalha diariamente, por três turnos, interrompidos apenas por um pedaço de novela das seis e um café para acordar. A jabuticabeira cresceu mais depois das chuvas abundantes, o que ajudou a confirmar as ambiguidades e os contrasensos do mundo. Enquanto aqui a água alimentou a terra e as raízes de uma sombra frutífera futura, nos bairros ao redor ela levou encostas, fez transbordar o rio, afogou casas e animais de estimação e pessoas, incluindo velhos e crianças em pleno sono. No quintal em que está, a jabuticabeira deu resposta positiva à água que caiu do céu, crescendo mais do que o esperado pela vizinhança inteira, enchendo de alegria a dona da casa, essa mulher que cuida sozinha do filho e que pretende, um dia, habitar mais a própria casa.
- 4 Também para desafiar os palpites da vizinhança e dos familiares de pouca fé, a jabuticabeira, ainda bem pequena, começou a dar jabuticabas, mesmo antes de ter um metro e meio, e eram frutas que amadureciam, cresciam, ficavam suculentas e podiam ser consumidas, se alguém as colhesse daquele caule onde nascem grudadas como insetos, depois da floração branca. [...]
- 5 Contra todos os palpites da vizinhança e dos poucos familiares com quem ainda conversa pelas redes sociais, a mulher cultivava a jabuticabeira com forte esperança de que seja possível cochilar sob sua sombra um dia; então, não raro, enquanto faz o almoço, a dona da casa dá olhadelas carinhosas

para a árvore, já com mais de um metro e setenta de altura e galhos para todos os lados, além do tronco que a eleva e sustenta, e vê florezinhas, depois jabuticabas que, como ninguém colhe, são comidas pelos passarinhos e até por insetos, que descobriram este quintal, esta casa e esta mulher que espera pela jabuticabeira com muito mais esperança e animação do que pela aposentadoria.

- 6 A mulher não pode criar seu filho com a dedicação que gostaria, não pode alimentar o gato duas vezes por dia, não consegue regar as mudas com frequência, não está em casa quando o carteiro toca a campainha para entregar correspondências que exigem sua assinatura. Ela acorda muito cedo, faz as entregas do filho, das senhas, das chaves, os acordos com as outras vizinhas, e sai a trabalhar descontente, como provavelmente todas as pessoas do mundo, em especial as que não trabalham para si e para os seus. Ela retorna para o almoço, à tarde muda de endereço profissional, retorna para um café e muda novamente de direção. Nesse exercício de vaivém, quase como uma engrenagem, ela consegue dar olhadelas furtivas para a árvore que se forma no quintal, prometendo algo difícil de comprar, seu maior investimento: sombra e descanso.
- 7 Fruem a presença da jabuticabeira borboletas, formigas, passarinhos e mesmo o gato, que cabe embaixo dela e não se importa com a terra molhada ou as folhas em decomposição. Observam a árvore algumas pessoas da vizinhança, numa espécie de aposta controversa, em alguns casos desejando que os galhos sequem, a planta morra, a confirmar as previsões de tão inteligentes pessoas. Outras, no entanto, conseguem ter bons sentimentos e, em pensamento, ficar felizes porque a dona da casa, em alguns tantos anos, haverá de conseguir sua sombra, depois sua rede, onde se deitar com o gato cego e, em paz, morrer.

RIBEIRO, A. E. Sombra e água. **Estado de Minas**. Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.em.com.br/cultura/>. Acesso em: 6 nov. 2023. Adaptado.

- 1 A dona da casa plantou a jabuticabeira
 - (A) como uma forma de investimento.
 - (B) para desafiar a opinião dos vizinhos.
 - (C) a fim de consumir os frutos suculentos.
 - (D) porque gostava da folhagem verde-escura.
 - (E) pois o solo era bom para o cultivo da espécie.
- 2 O fragmento “que pretende, um dia, habitar mais a própria casa.” (parágrafo 3) está relacionado ao fato de
 - (A) a casa ser hoje inabitável.
 - (B) a mulher ser muito atarefada.
 - (C) a jabuticabeira estar bem pequena.
 - (D) o filho requerer ainda muitos cuidados.
 - (E) os vizinhos serem extremamente desagradáveis.

3

No quarto parágrafo, o fragmento “dos familiares de pouca fé” faz referência ao fato de esses familiares

- (A) temerem as chuvas abundantes.
- (B) menosprezarem a devoção cristã da mulher.
- (C) estarem afastados de qualquer religião.
- (D) desacreditarem do crescimento da árvore.
- (E) desconfiarem dos acordos com as vizinhas.

4

Para a mulher, a jabuticabeira sobreviver e crescer frondosa em seu quintal representa

- (A) morte
- (B) sustento
- (C) descanso
- (D) abundância
- (E) contrassenso

5

No trecho “**Pelo visto**, a sombra chegará bem antes da aposentadoria dessa mulher” (parágrafo 3), a expressão em destaque pode ser substituída, sem alteração de seu sentido, por

- (A) felizmente
- (B) certamente
- (C) indubitavelmente
- (D) presumivelmente
- (E) conseqüentemente

6

Considere o emprego da palavra em destaque no período abaixo.

Como ninguém colhe as jabuticabas, elas são comidas pelos passarinhos e até por insetos.

Nesse período, a palavra destacada constrói, entre as duas orações, uma relação semântica de

- (A) causa
- (B) tempo
- (C) comparação
- (D) concessão
- (E) proporcionalidade

7

A ambiguidade é considerada um problema grave na redação oficial, que tem como traço necessário a clareza.

A frase que suscita duas leituras possíveis é:

- (A) Os palpites dos familiares jamais a desanimaram.
- (B) Um sonho que ela acalentava era uma sombra na varanda.
- (C) A jabuticabeira é uma árvore frutífera nativa da Mata Atlântica.
- (D) Poucas pessoas conseguem ficar contentes com a vitória do outro.
- (E) O vizinho falou com a mulher que acorda muito cedo todos os dias.

8

No fragmento “a dona da casa, em alguns tantos anos, haverá de conseguir sua sombra” (parágrafo 7), o emprego da locução verbal “haverá de conseguir” revela

- (A) condição
- (B) esperança
- (C) solicitação
- (D) capacidade
- (E) oferecimento

9

Em “além do tronco que **a** eleva e sustenta” (parágrafo 5), o pronome oblíquo em destaque retoma, no contexto do quinto parágrafo, o referente

- (A) a árvore
- (B) esperança
- (C) sua sombra
- (D) a vizinhança
- (E) a dona da casa

10

O trecho que, no texto, apresenta sentido conotativo é:

- (A) “para caber uma pessoa adulta sob sua folhagem” (parágrafo 1).
- (B) “Todos ao redor advertiam sobre a demora da florada e das jabuticabas” (parágrafo 2).
- (C) “afogou casas” (parágrafo 3).
- (D) “A jabuticabeira cresceu mais depois das chuvas abundantes” (parágrafo 3).
- (E) “Ela acorda muito cedo” (parágrafo 6).

RASCUNHO



LEGISLAÇÃO BÁSICA

11

De acordo com o art. 52 da Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as universidades são instituições “de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano”, assumindo, assim, ações com um caráter

- (A) disciplinar
- (B) interdisciplinar
- (C) multidisciplinar
- (D) pluridisciplinar
- (E) transdisciplinar

12

Consta no art. 56 da Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que “As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática [...]”.

A observância desse princípio está assegurada pela existência de órgãos colegiados

- (A) consultivos
- (B) deliberativos
- (C) avaliativos
- (D) técnicos
- (E) contábeis

13

A gerência executiva da UNEMAT resolveu instituir premiação aos servidores pelo melhor desempenho nas suas atividades. O vencedor foi o servidor que apresentou o menor número de indeferimentos aos pleitos apresentados, tendo oferecido justificativas legais e morais para seus atos.

Nos termos da Lei Complementar nº 112/2002, a moralidade da Administração Pública Estadual não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem

- (A) fundamental
- (B) coletivo
- (C) respeitado
- (D) comum
- (E) misericordioso

14

Um profissional da educação realiza pesquisa normativa sobre direitos e deveres na sua área de atuação.

Nos termos da Constituição Federal de 1988, um dos princípios aplicáveis ao ensino consiste na valorização dos profissionais da educação escolar, tendo garantido(s), na forma da lei,

- (A) bolsas de estudo
- (B) aposentadoria precoce
- (C) saúde integral
- (D) empréstimos a juros baixos
- (E) planos de carreira

15

Determinado servidor vinculado ao estado de Mato Grosso foi surpreendido pela extinção do quadro que ocupava. Após certo período, requer à Administração seu aproveitamento em outro lugar.

Nos termos da Lei Complementar nº 04/1990, a passagem do servidor estável de cargo efetivo de carreira para outro de igual denominação, classe e remuneração, pertencente a quadro de pessoal diverso e na mesma localidade, denomina-se

- (A) ocupação
- (B) transmissão
- (C) transferência
- (D) acesso
- (E) vacância

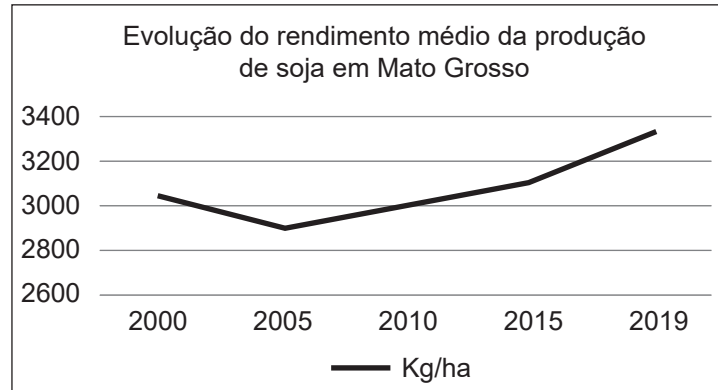
RASCUNHO

CONHECIMENTOS GERAIS

HISTÓRIA POLÍTICA E ECONÔMICA E GEOGRAFIA DE MATO GROSSO

16

Considere o gráfico a seguir:



BERNARDES, J. A. Formas mutantes de reprodução do capital e do uso do território no cerrado mato-grossense. In: KAHIL, S. P. (org.) *et al.* **O tamanho do Brasil**: território de quem? São Paulo: Max Limonad, 2021. Disponível em: http://nuclamb.geografia.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/12/O_Tamanho_Do_Brasil_.pdf#page=169. Acesso em: 29 nov. 2023. Adaptado.

O processo indicado no gráfico acima é consequência da(o)

- (A) perda da produtividade do solo, ocasionada pelo processo de lixiviação.
- (B) variação da produtividade do solo, ocasionada pelas mudanças climáticas.
- (C) estagnação de produtividade do solo, ocasionada pelo abuso de agrotóxicos.
- (D) ganho de produtividade do solo, ocasionado pelo investimento capital intensivo.
- (E) estabilidade na produtividade do solo, ocasionada pela promoção da reforma agrária.

17

Em Mato Grosso, as cidades podem ser divididas em dois grupos principais: o primeiro grupo é composto pelas cidades da Depressão Cuiabana, do Pantanal, e de Vila Bela da Santíssima Trindade e da região de Diamantino, com paisagem mais heterogênea e cuja população apresenta uma cultura mais perceptivelmente regional; o segundo grupo, composto pelas cidades presentes em eixos como Campo Novo do Parecis, Campos de Júlio, Sapezal, Campo Verde e Primavera do Leste, apresentando paisagem mais homogênea, com simetria não só no traçado e na morfologia urbana, mas também no perfil sociocultural de seus habitantes.

A diferença entre esses dois grupos é que as cidades do primeiro grupo

- (A) são majoritariamente indígenas, e as do segundo são de colonização lusa.
- (B) são de povoamento mais antigo, e as do segundo são de ocupação recente.
- (C) são tradicionais centros industriais, e as do segundo são núcleos mineradores.
- (D) estão mais próximas da fronteira boliviana, e as do segundo são mais afastadas.
- (E) ocupam áreas do bioma amazônico, e as do segundo ocupam áreas do cerrado.

18

Mato Grosso é um dos estados com maior abundância de água doce no país. O estado carrega títulos de “berço das águas” e “caixa d’água do Brasil”, por conta dos seus inúmeros rios, aquíferos e nascentes, e por comportar, em seu território, três das doze regiões hidrográficas existentes no Brasil: Amazônica, Paraguai e Tocantins-Araguaia.

NASCIMENTO, R. L. X. [et al.]. **Caderno de caracterização**: estado do Mato Grosso. Brasília, DF: Codevasf, 2023. Adaptado.

A formação do relevo que constitui o divisor de águas das bacias dos rios Araguaia, Paraná e Alto Paraguai é

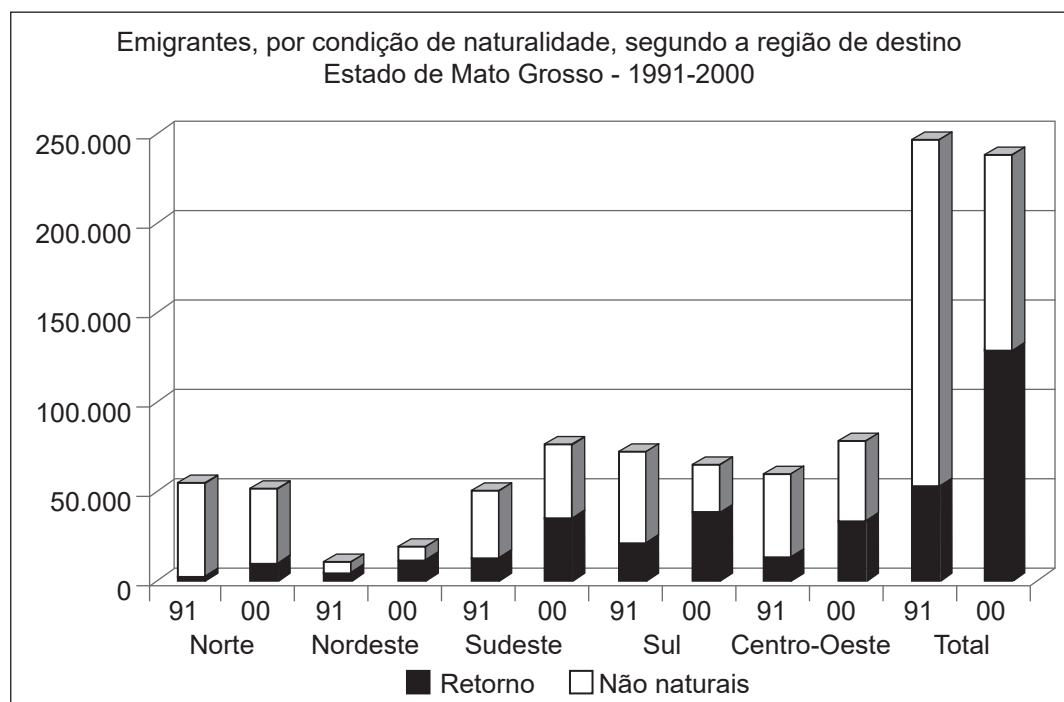
- (A) a Depressão Cuiabana
- (B) a Chapada dos Parecis
- (C) a Planície do Rio Araguaia
- (D) as Serras Residuais do Alto Paraguai
- (E) o Planalto dos Guimarães

RASCUNHO



19

Entre 1970 e 1990 a imigração em Mato Grosso foi bastante significativa, com taxas anuais de 6,6% entre 1970 e 1980 e de 5,4% entre 1980 e 1990. Todavia, a partir de 1990 o influxo populacional diminuiu no estado. Em paralelo ao movimento de chegada, a emigração também ocorria.



CUNHA, J. M. P., **Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro**: o caso de Mato Grosso. Campinas, 2004. Relatório de pesquisa. In: REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO. Jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbepop/a/PSP4DcbZ9mXpnFpZVgQzP6F/#>. Acesso em: 30 nov. 2023.

Na análise do gráfico, observa-se uma mudança no padrão de emigração da população em Mato Grosso, indicando que, na década de 1990, houve a(o)

- (A) diminuição significativa da emigração
- (B) aumento significativo da emigração
- (C) estabilização da taxa de emigração
- (D) pequena diminuição da emigração
- (E) pequeno aumento da emigração

20

O estado de Mato Grosso tem vivenciado rápido processo de urbanização. A maior parte de suas cidades com mais de 50 mil habitantes vem apresentando crescimento demográfico superior à média nacional, impulsionado pelo setor industrial. No último decênio, o capital industrial que vem comandando a urbanização de Mato Grosso é o

- (A) farmacêutico
- (B) biomédico
- (C) agroindustrial
- (D) metalúrgico
- (E) de infraestrutura

RASCUNHO

21

Afonso d'Escagnolle Taunay escreveu, entre os anos de 1924 e 1950, uma longuíssima obra sobre as chamadas "Bandeiras Paulistas". Em seu último de 11 tomos, Taunay dedicou-se às "monções cuiabanas do século XVIII". Nele, se lê:

Como consequência imediata da descoberta do ouro cuiabano, operou-se a transformação da principal rota sertanista, já quase sesqui-secular da penetração ocidental, para a devassa das terras e a preá do índio, em via comercial e militar. [...] E, com efeito: em parte alguma do globo as condições geográficas, demográficas, comerciais, coexistiram e associaram-se tão típicas, tão originais, quanto as que caracterizaram essa via anfibia de milhares de quilômetros de imensos percursos fluviais e pequenas jornadas terrestres: a estrada das monções entre os pontos terminais de Ararataguaba e Cuyabá, separados por três mil e quinhentos quilômetros da mais áspera navegação com a mínima solução de continuidade constituída por alguns quilômetros do varadouro de Camapuan. [...Avançava-se] em desrespeito ao ajuste interibérico de 1494 definitivamente perempto em 1750 graças ao influxo das bandeiras sobre a resistência pequena [...] castelhana [...] ao Sul e no Centro do Brasil atual e quase nula e, por assim dizer, inexistente na Amazônia.

TAUNAY, A. de E.: **História Geral das Bandeiras Paulistas**. Tomo undécimo e último. São Paulo: Edição do Museu Paulista, 1950. p. 11. Adaptado.

O texto acima refere-se à(ao)

- (A) iniciativa paulista de avançar no território colonial luso desde a capitania de São Vicente, em direção oeste, buscando novos locais para estabelecimento de roças para o cultivo de café, culminando com a formação de pequenas vilas com vocação para rentáveis entrepostos comerciais.
- (B) estabelecimento da colonização portuguesa nas costas da América do Sul, à extração de pau-brasil, à guerra contra as invasões francesas e ao estabelecimento da capital do Brasil em Salvador, na Bahia.
- (C) economia agroexportadora da monocultura de cana-de-açúcar, à ocupação de grandes áreas de latifúndio ao plantio, ao estabelecimento dos engenhos de açúcar na região Nordeste do Brasil e à utilização da mão de obra negra escravizada.
- (D) descoberta do ouro em Minas Gerais, ao grande afluxo migratório decorrente dessa descoberta rumo aos sertões do Brasil, estabelecendo-se em Vila Rica de Ouro Preto e Mariana, formando uma população miscigenada, liberta e assalariada.
- (E) relação entre o influxo das bandeiras, à interiorização da colonização portuguesa, ao avanço luso sobre os limites espanhóis estabelecidos no Tratado de Tordesilhas de 1494 e à assinatura do tratado de Madrid, em 1750.

22

Em agosto de 1940, Getúlio Vargas fez um discurso:

Após a reforma de 10 de novembro de 1937, incluímos essa cruzada no programa do Estado Novo, dizendo que o verdadeiro sentido de brasilidade é o rumo ao Oeste. [...] O Brasil, politicamente, é uma unidade. Todos falam a mesma língua, todos têm a mesma tradição histórica e todos seriam capazes de se sacrificar pela defesa do seu território. [...] Mas se politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente. Sob esse aspecto, assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas, entremeadas de espaços vazios. As ilhas já atingiram um alto grau de desenvolvimento econômico e industrial e as suas fronteiras políticas coincidem com as fronteiras econômicas. Continuam, entretanto, os vastos espaços despovoados, que não atingiram o necessário clima renovador, pela falta de densidade da população e pela ausência de toda uma série de medidas elementares, cuja execução figura no programa do Governo e nos propósitos da administração [...]. Desse modo, o programa de "Rumo ao Oeste" é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. [...] Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas próprias fronteiras.

Discurso Cruzada rumo ao Oeste, em Goiânia, 8 de agosto de 1940. In: **A Nova Política do Brasil VIII**: ferro, carvão, Petróleo 7 de agosto de 1940 a 9 de julho de 1941. Rio de Janeiro, José Olympio. vol. 8. p. 30-31. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/getulio-vargas/vargas-a-nova-politica-do-brasil-vol-viii/view>. Acesso em: 14 jan. 2024.

Segundo o texto, a Marcha para o Oeste foi um(a)

- (A) programa que, durante o Estado Novo (1937-1945), uniu o discurso nacionalista ao projeto de ocupação, desenvolvimento e integração das áreas mais interiores do Brasil.
- (B) política de governo que, durante o período democrático, promoveu investimentos na Bahia e em Minas Gerais, para financiamento da agricultura familiar.
- (C) iniciativa de integração nacional que financiou, por exemplo, a construção da rodovia Presidente Dutra, que liga o Rio de Janeiro a São Paulo.
- (D) ação imperialista, que, aproveitando o contexto da Segunda Guerra Mundial, visava expandir os limites do Estado brasileiro e adentrar os territórios da Bolívia e do Paraguai.
- (E) empreendimento desenvolvimentista, viabilizado na conjuntura antidemocrática, ainda que desenvolvimentista e nacionalista, da ditadura civil-militar de 1964-1988.

23

No princípio da colonização do Brasil, a evangelização realizava-se de forma itinerante, numa espécie de peregrinação na qual os padres missionários se deslocavam ocasionalmente dos povoados coloniais até os indígenas. Após algum tempo, porém, os padres da Companhia de Jesus dedicaram-se a reunir, em um mesmo local, grandes grupos de indígenas, com o objetivo de convertê-los e “civilizá-los”. Esses locais, chamados de aldeamentos ou reduções, chegaram a reunir centenas, talvez milhares, de indígenas, e se tornaram muitas vezes povoados relativamente urbanizados, prósperos e autossuficientes. No entanto, em meados do século XVII,

à voz corrente de que os paulistas vinham dar sobre essa redução, os índios deram princípio à construção de um pequeno valo ou cerco, o qual, contudo, não pôde aprontar-se, por causa da pressa com que os inimigos avançavam. No dia de São Francisco Xavier do ano de 1636, quando se estava celebrando a festa com missa e sermão, 140 castelhanos* do Brasil, acompanhados de 150 tupis entraram naquele “pueblo”. Vinham todos otimamente armados com escopetas e se achavam vestidos com gibões [...], pelo que o soldado está protegido dos pés à cabeça e peleja com segurança contra as setas. [...] Havia se acolhido à igreja a gente do povo, pois a sua parede servia também de continuação ao valo ou cerco não terminado. [...] Pelejaram todos durante seis horas, ou seja, desde as oito da manhã até as duas da tarde. Feriram os paulistas a um dos padres com um balaço na cabeça. Atravessaram o braço de um dos irmãos e ao outro deixaram-no vulnerado.

*a expressão deve ser lida aqui como sinônimo de “homens brancos”.

MONTOYA, A.R. **Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas províncias do Paraguai Paraná, Uruguai e Tape**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997. p. 274. Primeira edição: 1639. Adaptado.

No centro da querela entre colonos e jesuítas, estava a

- (A) liberdade dos índios, uma vez que os bandeirantes buscam libertar os indígenas da opressão dos religiosos da Companhia de Jesus, aliando-se aos povos originários na defesa de suas terras e pela preservação de seus costumes e tradições.
- (B) defesa dos termos apresentados no Tratado de Madri, uma vez que os jesuítas se alinham à Coroa portuguesa para defender as ideias do Marquês de Pombal com relação à tutela dos índios.
- (C) disputa pelo uso da força de trabalho dos povos originários, pois, enquanto os colonos consideravam que a função dos padres era apaziguar os indígenas para que eles pudessem servir ao trabalho, os padres lutavam pelo direito de desenvolver uma catequese, segundo os interesses da Companhia de Jesus.
- (D) desocupação do território espanhol, na medida em que as lideranças jesuíticas convenceram a Coroa portuguesa a manter a área dos Sete Povos das Missões e restaurar o domínio sobre a região de Colônia do Sacramento, o que foi feito em 1751.
- (E) unificação das Coroas Ibéricas, defendida pelos jesuítas e contestada pelos colonos, os quais acabaram por perder a disputa em 1640, quando Portugal e Espanha se unificaram na chamada União Ibérica, que durou até 1750.

24

Historicamente, a colonização do continente americano, em especial dos territórios sob domínio português na América do Sul, ocorreu com a conquista e o povoamento por colonos a partir da costa do Oceano Atlântico. No entanto,

“passado um século de penetrações constantes pelos sertões, [...] teve início o povoamento da região de Cuiabá, onde Pascoal Moreira Cabral descobriu ouro nas margens do rio Coxipó, em 1719.” (Volpato, 1987, p. 30)

Foram fatores que concorreram para a interiorização dos domínios portugueses na América, no período colonial:

- (A) o cultivo da cana e do tabaco, em especial nas zonas litorâneas do Oceano Atlântico.
- (B) o profundo respeito que os colonos tinham com os compromissos firmados com a Coroa da Espanha.
- (C) a busca por ouro e a captura de indígenas que pudessem ser escravizados.
- (D) a extração de pau-brasil e o plantio de café, principalmente às margens do Rio Tietê.
- (E) as invasões francesas e espanholas, em especial na província do Rio de Janeiro e na capitania de São Vicente.

25

No Brasil, a preocupação com os “vazios demográficos”, isto é, com grandes áreas, em geral de fronteira, com baixo índice demográfico e pouco integradas às demais regiões do país, esteve presente em diferentes governos durante o século XX. Segundo a pesquisadora Rosana Ravache, o projeto nacional de ocupação do centro-oeste durante o governo do General Ernesto Geisel baseava-se na

falta de terras no sul do Brasil, cuja estrutura fundiária estava esgotada e esse era o principal impasse para solucionar os problemas da reforma agrária; na necessidade de ocupar as áreas de fronteira, a título de proteção territorial; e na urgência de povoar aquelas grandes áreas do país, cujos índices demográficos eram muito baixos. [...]. Os militares visavam “vender” a baixo custo áreas mato-grossenses consideradas anecúmenas [desocupadas], principalmente para os agricultores dos estados do sul do Brasil. [...] Quando a ditadura militar usou o *slogan* “terra sem homens para homens sem terra”, cometeu duas veleidades. Uma foi ignorar a população autóctone porque, apesar da baixa densidade demográfica, ali vivia um número expressivo de índios e caboclos que foram deslocados ou mortos para dar lugar aos colonos ou empresas colonizadoras que “lotearam” boa parte da região amazônica. A outra foi imaginar que a questão da reforma agrária no Rio Grande do Sul, Paraná e em Santa Catarina se resolveria, simplesmente deslocando aquelas pessoas para o meio da selva, em condições precárias de sobrevivência, esperando que elas transformassem e urbanizassem, sem qualquer apoio, as áreas para as quais foram destinadas.

RAVACHE, R. L. Lucas do Rio Verde: um caso de sucesso no planejamento urbano. In: MAGAGNIN; CONSTANTINO; BENINI. **Cidade e o planejamento da paisagem**. Tupã: Anap, 2019, p. 95-97. Adaptado.

Segundo a pesquisadora, as políticas de Estado de ocupação de Mato Grosso

- (A) representaram uma iniciativa de ordenação fundiária realizada a despeito das populações locais que já habitavam as áreas a serem colonizadas, associada à instalação de colonos em áreas de urbanização nula ou precária.
- (B) reproduziram uma política democrática e participativa de distribuição de terra, na medida em que as iniciativas de loteamento priorizaram a economia familiar, interditando a participação de empresas privadas nesse processo.
- (C) exprimiram uma preocupação legítima de ocupação da área chamada de “Amazônia legal”, que priorizou um projeto estatal de planejamento e manejo sustentável da mata em detrimento do desmatamento e da urbanização da região.
- (D) transformaram a paisagem do Centro-Oeste brasileiro, pois essas áreas, antes mesmo de receberem novos colonos, foram objeto de políticas públicas de planejamento, saneamento e urbanização, financiadas e viabilizadas pelo poder público.
- (E) tornaram desnecessárias novas políticas de reforma agrária, em especial na região Sul, na medida em que o deslocamento de colonos do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul para Mato Grosso deram fim às disputas fundiárias no país.

ÉTICA, FILOSOFIA E ATUALIDADES

26

No ano passado, o estado de Mato Grosso teve um importante desempenho econômico:

Mato Grosso confirmou, em 2023, a liderança nacional ao apresentar o maior saldo da balança comercial do Brasil, com US\$ 28,78 bilhões. Esse é o maior resultado da série histórica estadual. Em outras palavras, o estado teve, no ano passado, o seu maior superávit comercial. Mesmo com mais de 80% da pauta de exportação formada por produtos do agronegócio – essencialmente matérias-primas –, o estado se sobressaiu ante tradicionais concorrentes, como Minas Gerais e Pará. Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento (Mdic), o saldo da balança mato-grossense é resultado do movimento entre exportações (US\$ 32 bilhões) e importações (US\$ 3,22 bilhões), ao longo do ano passado. O superávit ocorre quando o valor exportado pelo Brasil supera as importações.

PERES, M. **MT tem maior saldo da balança comercial brasileira**: US\$ 28,78 bi. Diário de Cuiabá. Disponível em: <https://www.diariodecuiaba.com.br/economia/mt-encerra-2023-com-maior-saldo-da-balanca-comercial-brasileira/671902>. Acesso em: 14 jan. 2024.

Segundo o texto, atualmente, a economia do estado de Mato Grosso

- (A) é formada, principalmente, por produtos do agronegócio e tem importante resultado de saldo comercial comparada a outros estados da federação.
- (B) destaca-se pela importância do turismo, com destaque do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, o que determinou um importante resultado comercial no ano de 2023.
- (C) organiza-se, principalmente, em torno da produção industrial de bens de consumo, com a exportação de automóveis, garantindo o saldo comercial positivo em 2023.
- (D) concentra-se na produção de matérias-primas, o que a deixou em desvantagem no ano de 2023 em relação a outros estados, como Minas Gerais e Pará.
- (E) depende fortemente da importação de produtos industrializados, o que contribuiu para o resultado deficitário em sua balança comercial, em 2023.

27

O estado de Mato Grosso tem um destacado papel na história da demarcação de terras indígenas no Brasil, pois, em 1961, foi criado o então chamado “Parque Nacional do Xingu”, atualmente Parque Indígena do Xingu. Segundo seu decreto de criação, considerando-se a necessidade de preservar essa área como reserva florestal e campo de estudo de riquezas naturais brasileiras, tais terras, pertencentes aos índios, devem restar totalmente resguardadas de exploração, permanecendo, assim, insuscetíveis de alienação. Segundo os pesquisadores,

os povos indígenas investem mais em suas terras quando há certeza de que serão protegidas. [...] A antropóloga Jurema Machado, presidente do conselho diretor da Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai), reafirma a importância dessa relação entre indígenas e a mata para a proteção da floresta. “O fato de os indígenas terem retomado o território já representou um incremento para a floresta. Os territórios cuidados por eles representam proteção e crescimento da vegetação”, diz.

Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/demarcacao-refloresta-terra-indigena-na-mata-atlantica/>. Acesso em: 14 jan. 2024.

Considerando-se os objetivos da fundação do Parque do Xingu e os recentes posicionamentos de pesquisadores acima mencionados, observa-se uma relação

- (A) lesiva entre a criação de parques e reservas e os interesses nacionais de defesa da economia produtiva e sustentável
- (B) favorável entre a demarcação de terras indígenas, a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente
- (C) deletéria entre regulamentação fundiária, direitos indígenas e sustentabilidade
- (D) positiva entre desregulamentação fundiária e recuperação de florestas
- (E) favorável entre exploração predatória em terras indígenas e recuperação de áreas de reflorestamento

28

Sobre a Metafísica, ou a Filosofia Primeira, diz Aristóteles: “Todas as outras ciências serão mais necessárias que esta, mas nenhuma lhe será superior”.

Nesse trecho, tal afirmação refere-se à questão de que

- (A) a mente humana é incapaz de conhecer os princípios últimos da realidade.
- (B) a visão a respeito dos saberes é eurocêntrica e colonialista.
- (C) o comportamento do mundo sublunar e o do mundo supralunar são distintos.
- (D) o discurso mítico e o discurso teórico apresentam equivalência.
- (E) os saberes teóricos ou contemplativos têm primazia sobre os saberes práticos ou utilitários.

29

Com a teoria das Idéias [...] Platão quis dizer o seguinte: o sensível se explica somente com a dimensão do supra-sensível, o corruptível com o ser incorruptível, o móvel com o imóvel, o relativo com o Absoluto, o múltiplo com o Uno.

REALE, G. *História da Filosofia Antiga*, Vol. II. SP: Loyola. 1994. p. 79.

Conforme verificado no trecho acima, Platão, em sua obra filosófica, afirmou que a

- (A) realidade se encerra em relações de imanência.
- (B) realidade é composta de instâncias transcendentais e iminentes.
- (C) dimensão sensível da realidade é meramente ilusória.
- (D) inteligência humana é incapaz de alcançar os princípios últimos da realidade.
- (E) inteligência humana inventou noções como as de “absoluto” e “supra-sensível” para tentar dar conta da realidade múltipla e corruptível.

30

A proposição fundamental de Protágoras, o maior e mais famoso dos sofistas, foi o axioma: “O homem é a medida de todas as coisas, das que são pelo que são, e das que não são pelo que não são”. Com o princípio do homem-medida, Protágoras pretendia, indubitavelmente, negar a existência de um critério absoluto que discriminasse o ser e o não ser, o verdadeiro e o falso e, em geral, todos os valores.

REALE, G. *História da Filosofia Antiga*, Vol. II. SP: Loyola. 1994. p. 200.

O pensamento do sofista grego Protágoras de Abdera propõe o

- (A) dogmatismo no exercício da filosofia
- (B) hedonismo como finalidade última das ações humanas
- (C) relativismo nas questões concernentes à verdade
- (D) materialismo como modelo para explicação da natureza
- (E) teocentrismo como parâmetro para a organização da sociedade

RASCUNHO

RASCUNHO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31

Uma das possibilidades do protocolo de e-mail é permitir que a resposta de uma mensagem seja direcionada automaticamente para um endereço diferente do endereço de quem enviou a mensagem, que aparece no campo "From:".

Para fazer esse direcionamento, o endereço para o qual a resposta deve ser enviada deve ser colocado no campo

- (A) Answer-To:
- (B) React-To:
- (C) Reply-To:
- (D) Respond-To:
- (E) Return-To:

32

Ao usar um buscador como o Google ou o Bing, os usuários submetem uma frase ou uma lista de palavras, denominada string de busca, e recebem, como resposta, uma lista de páginas web que atendem, de alguma forma, a essa string, por meio de algoritmos de busca cada vez mais sofisticados.

Apesar dessa sofisticação, essa busca segue a ideia básica de

- (A) buscar as páginas web nas quais o usuário navegou recentemente, escolhendo aquelas que atendem à string de busca.
- (B) consultar, naquele instante, páginas web que foram atualizadas recentemente para encontrar aquelas que atendem à string de busca.
- (C) escolher aleatoriamente uma quantidade limitada de páginas web muito conhecidas, verificando quais atendem à string de busca.
- (D) navegar pela rede rapidamente, usando centenas de milhares de servidores, em busca de páginas web que atendem à string de busca.
- (E) pesquisar, em uma base de dados pré-construída e indexada, as páginas web que atendem à string de busca.

33

Foi criada uma planilha no MS Excel 2016 contendo uma lista de preços de verduras. Essa planilha tem duas colunas: na primeira, estão os nomes das verduras, ocupando as células de J2 a J9; na segunda, estão os preços correspondentes dessas verduras, ocupando as células de K2 a K9.

Nesse cenário, para que a célula G3 exiba o maior preço dentre os preços das verduras listadas, é adequado usar, nessa célula, a seguinte fórmula:

- (A) =MAIOR(K2:K9)
- (B) =MÁXIMO(J2:J9)
- (C) =MAIOR(J2:J9,1,K2:K9)
- (D) =MÁXIMO(K2:K9)
- (E) =MAIOR(J2:K9,G3)

34

A internet é uma rede de computadores baseada no protocolo TCP/IP, em que o IP está na camada de rede e o TCP está na camada de transporte.

Um nível acima do protocolo TCP está a camada de aplicação, na qual se encontra o protocolo

- (A) ICMP
- (B) SMTP
- (C) SONET
- (D) UDP
- (E) Ethernet

35

No Windows 10, uma das funcionalidades introduzidas para melhorar a sua usabilidade e a sua produtividade é a "Área de Trabalho Virtual".

Essa funcionalidade permite a

- (A) criação de múltiplas áreas de trabalho para organizar melhor as janelas e os aplicativos abertos.
- (B) personalização da aparência gráfica do desktop, permitindo escolher temas e fundos de tela.
- (C) manutenção de um ambiente seguro para testar aplicativos em desenvolvimento, isolando-os do sistema principal.
- (D) execução de outros sistemas operacionais, como o Linux, dentro do Windows.
- (E) execução de programas na nuvem com o mesmo desempenho dos executados na própria máquina.

36

Determinada pessoa, aderente de um consórcio, ingressou com ação para obter a restituição das parcelas pagas, com correção monetária. A demanda foi proposta ainda na vigência do Código Civil de 1916. A sentença, proferida sob a égide do Código Civil revogado, julgou parcialmente procedente o pedido, condenando a ré a restituir valores acrescidos de juros de mora de 6% ao ano. A apelação que se seguiu restou improvida, havendo o acórdão transitado em julgado, em novembro de 2003. Na fase de execução da sentença, fixou o magistrado juros de 12% ao ano, a partir da vigência do Código Civil de 2002.

Com relação à fixação dos juros estabelecidos, constata-se que a decisão do magistrado

- (A) deve ser reformada, já que o título executivo judicial se formou já na vigência do Código de 2002 e previu juros de 6%.
- (B) fere o princípio que dispõe que somente a matéria impugnada na sentença poderá ser objeto de revisão.
- (C) está incorreta, visto que a nova taxa de juros não retroage para atingir decisões que transitaram em julgado.
- (D) está correta, eis que os juros são consectários legais da obrigação principal e devem ser regulados pela lei vigente à época da efetiva incidência.
- (E) está correta, porque os juros podem ser especificados posteriormente à formação do título executivo judicial.

37

Conforme a Lei Civil, toda pessoa natural é dotada de personalidade jurídica. Todas as pessoas, ao nascerem com vida, adquirem a referida personalidade, e, consequentemente, quando ocorre o óbito, a personalidade jurídica é extinta.

Com relação ao nascituro, entretanto, verifica-se que ele tem

- (A) capacidade jurídica do gozo de direitos
- (B) capacidade jurídica de fato
- (C) interesses protegidos pelo Direito
- (D) personalidade jurídica limitada
- (E) capacidade jurídica passiva

38

No ambiente contratual eminentemente privado, há possibilidade de controle realizado pelo Estado, que deve regular o conteúdo dos contratos de adesão, seja na edição de leis protetivas, seja na atuação das agências reguladoras ou no controle judicial.

Essa atuação do Estado é denominada

- (A) ativismo contratual
- (B) dirigismo contratual
- (C) discricionarismo contratual
- (D) positivismo contratual
- (E) intervencionismo contratual

39

Em decorrência de um acidente de veículos, a empresa proprietária do caminhão causador do dano fez acordo com a dona do carro sinistro, pagando-lhe o total de R\$ 3 mil, restando registrado no respectivo Termo de Transação Extrajudicial que a proprietária do veículo atingido no acidente dava quitação à empresa, de forma plena e irrevogável, por todos os danos materiais por ela sofridos no acidente supramencionado, nada mais podendo ser pleiteado judicial ou extrajudicialmente. A seguradora contratada pela proprietária do carro sinistrado, entretanto, ao regular o sinistro, indenizou a cliente em R\$ 6 mil, conforme a regulação dos danos, e pretende receber a diferença, em regresso, propondo ação em face da empresa titular do veículo que causou o dano ao carro de sua cliente.

Nesse caso, conclui-se que a indenização

- (A) é devida, porque a transação foi extrajudicial e não houve homologação judicial, o que permite a rediscussão do caso.
- (B) é devida, uma vez que a proprietária do carro teria se equivocado ao conferir quitação.
- (C) não é devida, uma vez que a proprietária do veículo atingido deu plena e total quitação à titular do carro que atingiu o seu.
- (D) não é devida, porque o valor a maior pago pela seguradora constitui ato de mera benevolência.
- (E) é devida, e o recibo fornecido pelo lesado deve ser interpretado restritivamente, significando apenas a quitação dos valores aos quais se refere.

40

J está correndo risco de vida, mas a sua internação em hospital foi negada pelo plano de saúde, sob o fundamento de que a doença que o acomete não possui cobertura. Desesperado, ele procura advogado para o ajuizamento da ação competente.

Segundo o Código de Processo Civil, o advogado

- (A) poderá ajuizar a ação, sem a qual a inicial não poderá ser distribuída, desde que tenha obtido previamente a procuração assinada por J, outorgando-lhe poderes.
- (B) poderá ajuizar a ação sem procuração do seu cliente, devendo exibi-la em juízo no prazo improrrogável de 15 dias.
- (C) deve solicitar a J a prévia assinatura de procuração antes do ajuizamento da ação, cuja dispensa só é admitida para evitar preclusão, decadência ou prescrição.
- (D) poderá ajuizar a ação cabível, sem a procuração de J, devendo o advogado exibi-la em juízo no prazo de 15 dias, prorrogável por igual período, por despacho do juiz.
- (E) poderá ajuizar a ação cabível sem procuração assinada, cuja posterior apresentação em juízo é desnecessária, considerando-se a indisponibilidade do direito à saúde defendido no processo.

41

G comprou um imóvel de L, localizado na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro. Seis meses após se mudar para o novo imóvel, G recebeu um mandado de citação em seu nome referente à ação ajuizada por M, que alega ser o imóvel em questão de sua propriedade. G, então, buscou advogado para melhor entender o caso.

À luz do Código de Processo Civil, a orientação jurídica correta é que G

- (A) não pode promover denúncia da lide a L, possuindo direito tão somente ao ajuizamento de ação de regresso, caso o pedido formulado por M seja julgado procedente.
- (B) pode promover a denúncia da lide direto a essa terceira pessoa, sem incluir L na demanda, caso ele saiba que L havia adquirido o imóvel de uma terceira pessoa, que possui situação financeira melhor do que este último.
- (C) é obrigado a fazer a denúncia da lide a L se quiser se ressarcir de eventual prejuízo advindo da ação ajuizada por M, sendo inadmissível o posterior ajuizamento de ação de regresso.
- (D) pode promover a denúncia da lide a L em qualquer momento do processo de conhecimento, desde que antes da decisão de saneamento.
- (E) pode optar entre promover a denúncia da lide a L, ou ajuizar posterior ação de regresso em face de L.

42

D ajuizou ação em face de uma pequena empreiteira, por meio da qual requereu o pagamento de um milhão de reais como indenização por danos materiais sofridos em sua residência por suposto ato ilícito da empresa. Alegando não ter como aguardar o trânsito em julgado da sentença, avançada idade e a necessidade de realização de reformas em sua casa para resolução dos prejuízos sofridos, D requereu a tutela de urgência para que o valor pretendido lhe fosse imediatamente pago. Após o regular processamento do feito, o juízo proferiu sentença julgando procedente o pedido autoral e concedendo a tutela provisória de urgência para que a empresa pagasse o valor de um milhão de reais a D. Irresignada, tanto por discordar da sentença proferida, que considera incorreta, pois o prejuízo sofrido não seria de sua responsabilidade, quanto porque o pagamento do valor pleiteado pode lhe levar à falência, por ser pequena, a empresa consulta seu advogado sobre quais providências podem ser tomadas na atual fase recursal.

À luz do Código de Processo Civil, o advogado deverá informar que a apelação

- (A) interposta pela empresa terá efeito suspensivo automático, só sendo devido o pagamento do valor pleiteado após o seu julgamento.
- (B) não terá efeito suspensivo, sendo que, para pleiteá-lo, a empresa pode formular pedido de concessão de efeito suspensivo, por meio de requerimento sempre dirigido ao presidente do tribunal.
- (C) não terá efeito suspensivo, podendo o apelado promover o pedido de cumprimento provisório depois de publicada a sentença.
- (D) interposta tem efeito suspensivo, razão pela qual o relator poderá deferir pedido do apelado para determinar o imediato pagamento do valor deferido na sentença, caso verifique haver perigo na demora.
- (E) não terá efeito suspensivo, podendo a eficácia da sentença ser suspensa pelo relator se houver risco de dano, ainda que não seja grave.

43

F ajuizou ação em face de R, cujo pedido foi julgado improcedente por sentença. Foi interposta apelação, tendo o relator proferido decisão monocrática por meio da qual negou provimento ao recurso por contrariedade a acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal em julgamento de recurso com repercussão geral reconhecida. Irresignada, por entender que seu caso concreto diverge da situação fática disposta no acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, F consulta seu advogado para verificar qual é o recurso cabível em face da decisão proferida.

Em atendimento à consulta, o advogado lhe dá como resposta

- (A) recurso extraordinário
- (B) embargos de divergência
- (C) agravo interno
- (D) agravo de instrumento
- (E) reclamação

44

Uma servidora pública, ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, enquadra-se no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) como

- (A) segurada obrigatória do RGPS, na modalidade segurada empregada
- (B) segurada obrigatória do RGPS, na modalidade contribuinte individual
- (C) segurada facultativa do RGPS
- (D) segurada obrigatória do RGPS, na modalidade trabalhadora avulsa
- (E) contribuinte para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)

45

P ajuizou ação de indenização por danos morais em face de M. Citada, M apresentou contestação e propôs reconvenção em face de P. Preocupada com o possível desfecho da reconvenção, P consulta seu advogado quanto à possibilidade de desistir de sua ação e das consequências daí advindas.

À luz do Código de Processo Civil, se P

- (A) desistir de sua ação, o prosseguimento do processo quanto à reconvenção também será obstado.
- (B) optar por desistir da ação, será necessário, para tal, o consentimento de M.
- (C) desistir da ação, ficará responsável pelo pagamento das despesas do processo, mas não por honorários sucumbenciais, tendo em vista a ausência de sentença com resolução do mérito a ela desfavorável.
- (D) desistir da ação, serão produzidos efeitos desde o seu protocolo em juízo, sendo desnecessária homologação judicial.
- (E) optar pela desistência da ação, ela poderá ser apresentada até o fim da fase de instrução do processo.

46

Um engenheiro exerce suas funções em fundação de apoio, que está registrada de acordo com lei federal. Para cumprir suas atividades, ele analisa a efetividade de planos que são apresentados para atingir os objetivos da instituição apoiada.

Nos termos do Decreto Federal nº 7.423/2010, os projetos desenvolvidos com a participação das fundações de apoio devem ser baseados em plano de trabalho no qual sejam precisamente definidos, dentre outros, o objeto, o projeto básico, o prazo de execução limitado no tempo, bem como os

- (A) retornos financeiros
- (B) resultados esperados
- (C) custos fiscais
- (D) cálculos prudenciais
- (E) riscos previstos

47

Cidadão mato-grossense é surpreendido com impugnação a serviços de aplicativos realizados perante órgãos legislativos e de fiscalização estadual que pretendem sua extinção.

Nos termos da Constituição Federal de 1988 e da interpretação acolhida pelo Supremo Tribunal Federal, essas atividades econômicas estão protegidas pelo direito fundamental à

- (A) soberania individual
- (B) participação popular
- (C) livre iniciativa
- (D) associação lícita
- (E) negociação coletiva

48

O estado de Mato Grosso pretende destinar verbas para a educação, notadamente a pesquisa científica.

Nos termos da Constituição Federal de 1988, poderão os estados federados vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades

- (A) privadas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.
- (B) associativas de professores pesquisadores, sem fins lucrativos.
- (C) públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.
- (D) coletivas defensoras da liberdade de comércio.
- (E) sociais, escolhidas dentre projetos modernizadores em concurso.

49

Um economista vinculado à UNEMAT é pessoa com deficiência. Com necessidade de atuar em processo judicial, constitui advogado para representá-lo.

Nos termos da Lei nº 13.146/2015, para que uma pessoa com deficiência tenha garantido o acesso à justiça, sempre que figure em um dos polos da ação, devem ser oferecidos todos os recursos de tecnologia

- (A) assistiva
- (B) atual
- (C) moderna
- (D) ativa
- (E) conciliadora

50

No âmbito da Justiça Estadual de Mato Grosso, foi proposta ação coletiva para proteção de direitos das pessoas com deficiência.

Nos termos da Lei nº 7.853/1989, a sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação fica sujeita ao

- (A) estado de confirmação
- (B) ato revisional público
- (C) duplo grau de jurisdição
- (D) acórdão julgador
- (E) órgão difuso

51

Um consultor na área ambiental verifica que em determinado município do estado de Mato Grosso está ocorrendo violação ao ambiente ecologicamente equilibrado, mas não consegue elementos de prova suficientes para propor ação judicial.

Nos termos da Lei nº 7.347/1985, não existindo elementos para propor ação, deve ocorrer a instauração de

- (A) investigação criminal
- (B) inquérito civil
- (C) termo de autuação
- (D) ata de verificação
- (E) mandado local

52

O Departamento de Engenharia da UNEMAT recebe proposta para projetar novos prédios, com o intuito de abrigar instituições que devem ser criadas para agilizar a atividade estatal.

Nos termos da Lei Complementar Estadual nº 13/1992, a instituição de órgãos cujas características exijam organização e funcionamento peculiares e tratamento diverso do aplicável aos demais órgãos da Administração Indireta é considerada uma

- (A) organização
- (B) revisão
- (C) desconcentração
- (D) reordenação
- (E) capacitação

53

Buscando estabilidade e boas condições de trabalho, um cidadão pretende ocupar cargo público de provimento efetivo integrante da estrutura do estado de Mato Grosso. Nos termos da Lei Complementar Estadual nº 4/1990, as carreiras serão organizadas em classes de cargos.

Correspondendo à remuneração do cargo, encontram-se as classes desdobradas em

- (A) níveis
- (B) cotas
- (C) salários
- (D) padrões
- (E) nichos

54

Servidor vinculado à Administração do estado de Mato Grosso instaurou processo administrativo para obter o reconhecimento de direito pessoal, mas que atinge toda a sua categoria de funcionários.

Nos termos da Lei nº 7.692/2002, as organizações e associações representativas, no tocante a direitos ou interesses coletivos, assumem a legitimação como

- (A) partes
- (B) assistentes
- (C) chamados
- (D) interessados
- (E) litisconsortes

55

Um município do estado de Mato Grosso pretende instituir veículo leve sobre trilhos para melhorar a mobilidade urbana, tendo em vista os grandes espaços que são percorridos pela comunidade local. No estudo para fixar o preço da passagem, é utilizado o critério comumente aceito, que é o que acarreta a permissão de acesso do maior número de pessoas necessitadas do transporte.

Pela doutrina do Direito Administrativo, esse critério é denominado

- (A) modicidade
- (B) unidade
- (C) continuidade
- (D) relevância
- (E) planejamento

56

Um professor universitário, pretendendo integrar os quadros da UNEMAT, realizará concurso público, cujo edital ainda não foi publicado. No curso dos seus estudos, analisa a lei que regula o Plano de Carreira dos Docentes da Educação Superior da Universidade do Estado de Mato Grosso.

Nos termos da Lei Complementar Estadual nº 320/2008, são consideradas atividades da Carreira dos Docentes da Educação Superior na própria instituição, as inerentes ao exercício de direção, coordenação, chefia e

- (A) participação
- (B) consulta
- (C) crítica
- (D) auxílio
- (E) assessoramento

57

Um economista, responsável pela gestão do orçamento do estado B, utiliza como parâmetro para sua atividade as normas federais que cuidam da boa gestão financeira e que recomendam a previsão de receitas como base para a construção do planejamento estatal.

Nos termos da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se for comprovado erro ou omissão de ordem

- (A) política ou social
- (B) técnica ou legal
- (C) pessoal ou conciliatória
- (D) preponderante ou acolhedora
- (E) construtiva ou permissiva

58

Um economista que assessora município sediado no estado de Mato Grosso busca alternativas de receitas extraordinárias diante das necessidades de investimento do Executivo. Ele verifica que existem inúmeras praças públicas que não estão em utilização por falta de habitantes para usufruir do referido bem público e, por tal razão, sugere que ocorra sua alienação.

Nos termos das normas aplicáveis, a alienação dos bens públicos depende de que esses bens sejam considerados

- (A) especiais
- (B) afetados
- (C) próprios
- (D) dominicais
- (E) utilizáveis

59

A gerência de Recursos Humanos da UNEMAT recebe consulta sobre a relação de trabalho das empresas terceirizadas e profere parecer sobre as regras de contrato de trabalho admitidas no sistema jurídico pátrio.

Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, além do contrato por prazo determinado ou indeterminado, é possível o estabelecimento do contrato para prestação de trabalho

- (A) participativo
- (B) colaborativo
- (C) concorrencial
- (D) assimétrico
- (E) intermitente

60

Um servidor público foi colocado em disponibilidade devido à extinção do órgão onde exercia suas funções, tendo permanecido nessa condição por mais de 24 meses.

Nos termos da Lei Complementar Estadual nº 4/1990, o aproveitamento do servidor que se encontra em disponibilidade há mais de 12 meses dependerá de prévia comprovação de sua

- (A) atualização cognitiva
- (B) aprovação seletiva
- (C) capacidade física e mental
- (D) integridade financeira
- (E) reputação ilibada

RASCUNHO